
03. ADVOGADOS E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS EM SERGIPE: ENGAJAMENTO E PROFISSIONALIZAÇÃO¹

Flávia Maria de Oliveira Ferreira²

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar alguns casos exemplares de perfis de advogados que atuam na defesa dos direitos humanos em Aracaju (SE) através de entrevistas biográficas que nos possibilitaram captar como esses atores sociais adentram na esfera do direito, mais especificamente na defesa dos direitos humanos, assim como também as condições históricas, sociais e políticas – brevemente- que tornaram possível tal modalidade de engajamento no espaço jurídico.

Uma das grandes inquietações que norteia o conjunto de pesquisas nas ciências sociais (tanto as que trabalham sob uma perspectiva de atuação dos movimentos sociais através de uma expectativa da profissionalização da militância e da política, bem como das recompensas da ação militante e das reconversões das habilidades profissionais), quanto da sociologia das profissões há algum tempo tem chamado a atenção dos pesquisadores para a possibilidade de uma ampliação e intensificação da relevância das profissões e suas ações nos processos de construção política. As pesquisas nesse sentido tentam compreender esse novo modo de ação profissional, que consiste no universo do engajamento e do militantismo, para determinar em que posição desse universo o profissional pode ser percebido como uma condição estruturante para o engajamento em certas causas.

Logo, o fato de os advogados se engajarem na defesa de causas coletivas das mais diversas, assim como as relacionadas com os direitos humanos, por exemplo, deve-se ao fato destes estarem mais diretamente em contato com esse tipo de questões e com os dramas de sua clientela. Dessa forma, ao se investigar o conjunto de advogados engajados na defesa dos direitos humanos tornou-se relevante buscar compreender como as modalidades de engajamento desses advogados se modificam, principalmente na relação

¹ Este artigo é fruto de um dos capítulos de minha dissertação de mestrado intitulada Advogados de Causas: Engajamento e Profissionalização Em Direitos Humanos Em Sergipe, defendida em 2013.

² Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS). Universidade Federal de Sergipe (UFS). flavia.oliveiraferreira@yahoo.com.br

com os movimentos sociais, onde se investe na tradução e constituição, no mundo do direito, das causas políticas construídas no espaço desses movimentos. Desse modo, procura-se entender como os advogados sergipanos se engajaram na defesa dos direitos humanos e se tornaram referência na luta por esses direitos no Estado, mediante suas estratégias jurídicas e políticas? Ou ainda, de que modo a competência profissional desses advogados engajados nesse tipo causa se adéqua aos interesses da ação militante?

Com o intuito de encontrar as respostas para tais questionamentos surgiu o interesse de analisar o engajamento individual dos advogados na defesa dos direitos humanos como algo processual, dinâmico, a partir das condições das variáveis dos contextos, situações sociais e individuais, através da reconstrução biográficas, dos padrões construídos em diferentes fases da carreira desses indivíduos (FILLIEULE, 2001); considerou-se, ainda, que as redes de relações sociais pessoais instituídas ao longo de sua trajetória possibilitaram uma aproximação com temáticas relacionadas aos direitos humanos.

Desse modo, num primeiro momento, o interesse da pesquisa foi no sentido de captar como se dá a entrada desses advogados na causa da defesa dos direitos humanos e como estes entendem sua carreira dentro desse processo de garantia e prevalecimentos dos direitos humanos. Para compreender como acontece a sua introdução numa causa humanitária, foi necessário levar em conta que esses profissionais estão ou foram inseridos em diversas esferas que lhes permitiram a formação de uma identidade profissional composta por diversos pertencimentos, e, dessa maneira estabeleceu-se o segundo ponto de interesse neste estudo. Num terceiro momento, busca-se captar as motivações, o comprometimento altruísta em defesa da causa dos direitos humanos, os quais podem ser pensados como uma forma de militância moral, uma vez que perpassa por uma questão de valores empenhados por militantes que não são diretamente favorecidos nas ações por eles desempenhadas. Por fim, apresentam-se modalidades de engajamento, através de casos exemplares, em que, mediante a análise das trajetórias sociais e das carreiras, procura-se entender como aconteceu sua introdução no ativismo dos direitos humanos.

Modelos de Engajamento

De acordo com dados da pesquisa sobre a atuação profissional na defesa de causas sociais diversas que estão em desenvolvimento no Estado de Sergipe³, é possível constatar que uma das profissões que tem tido maior destaque é a de advogado, com 32% dos profissionais, em um universo de 101 profissionais distribuídos em 20 formações diversas. Acrescente-se que 73% desses profissionais estão engajados na defesa dos direitos humanos, o que se define como a causa que mais desperta o interesse dos profissionais, principalmente advogados.

Especificamente as causas que mais agregam profissionais na defesa dos direitos humanos referem-se ao direito da criança e do adolescente, em decorrência do grande número de associações e grupos profissionalizados que têm como característica uma profunda institucionalização, a qual possibilita uma grande oferta aos profissionais defensores desse direito. Destaquem-se, ainda, a defesa da diversidade sexual, o combate à homofobia e a luta contra a discriminação racial.

Diversas pesquisas nacionais (ENGELMANN, 2004 e 2006; OLIVEIRA, 2008; PETRARCA, 2010; PETRARCA e FERREIRA, 2011) e internacionais (COLLOVALD, 2002; VECCHIOLLI, 2006) destacam o modo como a competência técnica e a formação acadêmica ganham importância tanto no recrutamento quanto na seleção de novos militantes, nas últimas décadas, fato que demonstra uma nova reconfiguração no uso da profissão e do título acadêmico, principalmente para aqueles que se engajam em causas como a de direitos humanos, nas quais os profissionais colocam o seu saber técnico e profissional, ajustando a sua competência profissional aos objetivos vislumbrados para a defesa de causas.

Na tentativa de analisar a dinâmica da carreira, as reconstruções biográficas e as transformações nas formas de percepção - tanto da atividade profissional quanto da militante - seguiu-se a linha de raciocínio desenvolvida por Collovald (2002), que demonstra, mediante a concepção de “engajamento de si” como as concepções de mundo e reconversões ideológicas cultivadas pelos profissionais ativistas possibilitam dar um novo significado aos recursos acumulados. Tal concepção autoriza afirmar que o importante na compreensão do envolvimento e empenho em um espaço militante serão os espaços percorridos por esses ativistas, suas inserções e experiências que possam lhe dar uma nova

³ Pesquisa desenvolvida por Fernanda Petrarca, no Laboratório de Estudos do Poder e da Política – LEPP/UFS, da qual tive o imenso prazer de participar, principalmente por despertar meu interesse pelo ativismo jurídico em direitos humanos.

visão de si mesmo e do mundo, na medida em que a sua competência técnica ganha um novo sentido.

Auto Identificação com a causa – Imbricações

No que se refere à modalidade de ativismo jurídico caracterizada pela militância como um espaço de atuação profissional, cite-se como caso ilustrativo o de um dos advogados pertencentes às comissões da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Sergipe, presidente da Comissão de Igualdade Racial (entre 2011 e 2012). Seu interesse pelo curso de Direito surgiu após duas tentativas frustradas de ingressar no curso de medicina, ocasião em que recebeu o incentivo de um tio que era advogado e que possuía uma grande quantidade de material da área.

Ele se lembra de que seu primeiro engajamento não aconteceu na defesa do direito racial, mas na assessoria jurídica popular, por meio de projetos de extensão da Universidade Federal de Sergipe, onde estudava - Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (RENAJU)⁴ -, em comunidades carentes, com cursos de direito em uma linguagem mais popular, no Bairro América⁵.

Eu comecei na assessoria jurídica popular, [...] fazendo projetos de extensão nas comunidades carentes, com cursos de direito em uma linguagem mais popular, então, não era especificamente com negros e sim em comunidades carentes, [...] foi meu primeiro contato com trabalhos que envolviam a comunidade, então depois que eu comecei a estudar a condição racial, na universidade. Quando eu comecei a pensar sobre o TCC, foi aí que eu entrei na questão das cotas para negros [...] conheci muitas pessoas que estudaram o sistema, depois sabendo que eu estava estudando isso, algumas pessoas do movimento negro me convidaram para participar de uma ONG, que era a SACI⁶. [...]

Através do seu depoimento, percebe-se que passou a se interessar em desenvolver temáticas relacionadas à condição racial, somente quando da necessidade de ter que pensar em um tema para seu trabalho de conclusão de curso⁷ - TCC, cuja opção recaiu na questão das cotas para negros, o que lhe permitiu conhecer muitas pessoas que já estudavam essa temática (como integrantes do movimento negro), as quais, percebendo seu interesse pelo

⁴ Seu primeiro engajamento aconteceu através de redes formais.

⁵ Caracteriza-se por um bairro altamente estigmatizado como o mais violento da Capital sergipana – Bairro de bandido - em virtude da implantação da Cadeia Pública de Sergipe, em 1926, (que foi transferida da Praça General Valadão – no centro da cidade) e a habitação de parentes de presidiários em torna da construção que tinha por intuito ficarem mais próximos dos internos. In: <http://www.aracaju.se.gov.br/154anos/index.php?act=leitura&codigo=36>

⁶ Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania

⁷ Intitulado Políticas de Ações Afirmativas e Cotas na Universidade: uma proposta de igualdade material para a educação superior em Sergipe.

tema, convidaram-no para trabalhar na Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania⁸ – SACI – inicialmente no Programa SOS Racismo – recebendo denúncias de casos de racismo; o tema do seu TCC, portanto, foi o gatilho que lhe permitiu integrar um ambiente de luta pela igualdade racial, contra o preconceito, no ano de 2004. Dessa forma, sua inserção possibilitou-lhe a admissão em outros espaços e universos antes não acessados.

Alguns anos depois, ele ingressou no curso de Mestrado⁹ em Direito, na Universidade Federal da Bahia. Na época da entrevista, em 2011, era doutorando em Direito, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com o trabalho titulado “O Judiciário e a (des)construção da identidade negra”, além de participar do projeto de pesquisa sobre Políticas Públicas de proteção aos direitos humanos e atuava como coordenador e professor de um curso de especialização, em uma universidade particular.

Engelmann (2006a) explica que, dentre os fatores que podem influir para que muitos advogados se profissionalizem como advogados dos movimentos sociais, destaca-se o fato de que, no período de graduação, atuaram como estagiários em instituições públicas identificadas com a 'causa política', o que lhes possibilitou uma aproximação com a fundamentação 'alternativa do direito', aproximando-os do universo do militância. Como influência posterior, cite-se a abertura de portas em instituições com essas características, como advogados de movimentos sociais ou de setores socialmente dominados. No caso em estudo, porém, a identificação do entrevistado com a causa racial aconteceu antes, quando do seu ingresso no curso de Direito, ocasião em que constata que, em meio aos 50 candidatos aprovados para o curso, apenas ele e mais três candidatos eram negros; dentre estes, apenas ele e outro colega negro concluíram o curso.

Recorda que, embora houvesse passado quatro anos de curso em contato constante com os mesmo professores, havia uma professora que tratava os alunos negros indistintamente como se não os percebesse como distintos uns dos outros pelo fato de serem negros, o que segundo ele destruía não só a sua identidade, mas também sua autoestima¹⁰. Relembrando seu trajeto escolar afirmar que:

Eu sempre estudei em escola pública, então dentro da escola pública no ensino básico fundamental e até mesmo médio, é muito comum haver negros, então você já acaba enturmado, e eu não me lembro de ter sofrido agressão de nenhum tipo, nem de professor nem de colegas na escola básica fundamental e média.

⁸ No momento, a ênfase estar voltada para quilombos e movimento contra a intolerância religiosa, ver http://www.ceafro.ufba.br/web/arquivos/publicacoes/Informe_Sergipe.pdf.

⁹ Mestrado em Sanduíche Direito e Sociologia pela Universidade de Coimbra, Portugal, denominado Justiça e Interculturalidade: o Judiciário diante das ações afirmativas para a população negra na Bahia. Como bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford (Internacional Fellowship Program – IFP).

¹⁰ Ver: Somos, sim, racistas. In: <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=40491#>

Sempre fui um bom aluno, sempre tive as maiores notas [...]. Os professores me tinham como uma referência pra tudo que era feito, então vendo por aí, eu não tinha problemas. Mas, só quando entrei na Universidade Federal, foi que eu fui apontado como o “negão”, porque o curso de Direito na época era um curso que tinha como referência a elite sergipana, os filhos de advogados, delegados juizes e promotores. Estavam lá para continuar a saga de seus pais, então, na sala apenas eu e mais dois colegas éramos de escola pública e únicos negros em meio a 50 alunos. E nós éramos identificados como os negões ou os morenos, muitas vezes os professores confundiam os nomes de nós três, nós éramos apenas pessoas de pele escura na sala de aula, não éramos tratados como alunos. E foi lá que descobri minha identidade étnica. Os livros dizem que a descoberta da identidade necessita do outro, então foi lá com a presença dos outros que eu me descobri como o “negão” ou “moreno” e outros tipos apelidos pela cor da pele. Aí então eu decidi pesquisar sobre a vida dos outros que eram como eu [...]

Nessa mesma época participou do movimento e estudantil através do Centro Acadêmico do Curso de Direito, como coordenador. Após, a conclusão desse curso passou a fazer parte de organizações associativas ligadas aos direitos humanos e a causas raciais, em virtude de sua formação acadêmica e indicações de amigos. Dentre os movimentos em que atuou, destaquem-se o Movimento Nacional de Direitos Humanos em Sergipe – MNDH- (2004-2006), em que atuou voluntariamente como articulador do movimento no Estado, o Fórum de Direitos Humanos de Sergipe (até o momento), como coordenador e na SACI na qualidade de diretor do núcleo de direitos humanos e raça (2004-2005).

Citem-se, ainda, sua atuação na Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores pela Justiça Social, inclusive como um dos fundadores desse movimento (2008), em consultoria jurídica em conselhos, comissões e secretaria de políticas de promoção da igualdade racial¹¹ bem como colaborador da Associação Brasileira de Pesquisadores e Pesquisadoras Negros e Negras e por fim no Instituto Braços - Defesa de Direitos e Controle Social (2012). Essas possibilidades de atuação foram sendo adquiridas através da indicação de amigos que já faziam parte desse espaço.

Através da análise de sua inserção no espaço da militância em defesa e promoção da igualdade racial, percebe-se que esta lhe possibilitou uma ampliação de suas redes de relações, além da assimilação de um discurso peculiar a aqueles que fazem parte desses movimentos, permitindo-lhe orientar seus investimentos profissionais para causas que são definidas por um longo percurso de discriminação e que reclamam seus direitos através da Justiça, o que torna os serviços jurídicos empenhados pelos advogados como uma ferramenta essencial no espaço das disputas de poder e nas lutas políticas.

¹¹ Em Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil.

O caso em análise retrata um advogado que fez muitos investimentos na carreira acadêmica, realizando diversos cursos de pós-graduação no universo do direito, pois segundo ele:

Eu acho que tudo depende de quem é você... Quem é você e o espaço em que você ocupa, fazem muita diferença entre ser um militante a ou b. Então, é talvez por isso que eu esteja buscando tanta qualificação nesses anos, para me colocar de uma forma mais incisiva perante as outras pessoas, eu acho que, por exemplo, você ser um defensor de direitos humanos com ensino médio é uma coisa, e ser um defensor de direitos humanos doutor é outra coisa, sabe? É aquela velha questão, é o argumento de autoridade, vai ser um pobrezinho que estará lá esbravejando, ou o doutor que está lá pontuando as questões. É a partir disso daí que acaba gerando esse problema que é os direitos humanos, eles acabam sendo um ponto de desvalorização de um determinado profissional quando ele não tem determinado status, eu acho que o status da pessoa... Não estou falando de status econômico, mas status social da pessoa, leva ele a ter mais credibilidade na defesa dos direitos humanos [...]

Nesse sentido, o entrevistado atenta não para as posições a serem ocupadas nesse universo militante, mas para as possíveis contribuições de orientação das perspectivas e planos quanto ao exercício da profissão. Refere-se a um *militantismo expert* voltado à demanda racial e que está sujeito ao aumento e a intensificação das esferas de ação jurídica. Ou seja, desse modo a competência jurídica é definida pelo poder peculiar que permite ter o controle e o acesso ao campo jurídico, dominando os conflitos que podem entrar nele e o modo específico de que se devem revestir para se caracterizarem como questões jurídicas; só ele pode fornecer os meios necessários para realizar essa tarefa de construção que, mediante uma seleção das propriedades, permite reduzir a realidade à sua definição jurídica, essa ficção eficaz.

Dito de outra maneira, é através da reivindicação de direitos dos segmentos marginalizados e do interesse desses profissionais que determinadas questões que se apresentam na linguagem vulgar são traduzidas para questões jurídicas; isto é os problemas são convertidos para a linguagem do direito, cooperando para o desenvolvimento e emergência das causas. Desse modo, os advogados se definem como autorizados a desempenhar a função de mediadores na expressão dos descontentamentos. Uma vez que a “competência jurídica é um poder específico que permite que se controle o acesso ao campo jurídico” o que possibilita o monopólio desses profissionais sobre os serviços jurídicos, Bourdieu (1998, p. 233).

Em relação às suas origens sociais, embora fosse proveniente de uma família em que os pais tinham baixa escolaridade, apenas o ensino fundamental completo ou incompleto, afirma não ter passado por grandes necessidades, uma vez que era filho único, seus pais sempre trabalharam (em atividades manuais que não exigiam grau de

qualificação) e sua avó continuamente cuidava da sua educação. Morador do Bairro São José, na Capital de Sergipe, localizado na zona sul de Aracaju, e que na década de 1940 passou a ser um ponto de referência de pessoas da alta sociedade aracajuana, que tinham como intuito morar um pouco distante do Centro da Capital, em virtude de tornar-se um bairro voltado para o comércio. Todavia com o passar dos tempos a cidade passou por um novo processo de expansão tornando o São José também um bairro comercial¹², cuja referência principal é a existência de clínicas e hospitais¹³, e, em menor grau, escritórios de advocacia, engenharia e arquitetura. O Bairro comporta, ainda, algumas das escolas mais tradicionais do Estado, como Colégio Patrocínio de São José, Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus, Colégio Atheneu Sergipense e Colégio Dom Luciano Cabral Duarte.

Desse modo, esse advogado lembra que só se deu conta que sua história era diferente da história dos demais colegas de ensino fundamental e médio, em termos de oportunidade, devido ao local que sempre morou e por nunca ter necessitado trabalhar para custear seus estudos. Segundo ele:

[...] descobri que minha história era diferente, pelo fato de hoje eu estar aqui, quase como Doutor em Direito e Constituição, professor universitário e pesquisador, mas vários de meus colegas que estudaram em escola pública não tiveram a mesma oportunidade, eu nunca precisei trabalhar quando jovem, minha mãe trabalhava, meu pai trabalhava com meus tios, minha avó me criava, não morei em bairro periférico, nasci e fui criado no São José, então tudo isso tornou a minha trajetória distinta dos meus amigos, que moravam no Suíça, no Getúlio Vargas, na Caixa d'Água no Centro Comunitário, viviam em meio a drogas, violência e marginalidade, pobreza. Então, apesar de eu não ser rico eu tinha uma família com estrutura e que me dava condições de focar em meus estudos, só comecei a trabalhar em meu primeiro estágio, na verdade em 2000.

[...] Eu estudei em uma escola de padres, no Oratório, uma escola de padres salesianos muito organizados, nós tínhamos uma estrutura boa de estudo e isso foi um dos meus alicerces também.

Sua trajetória é ascendente com amplos investimentos escolares, que lhe permitiram ter uma história de destaque como defensor da causa racial, sem esquecer de que as redes tanto formais quanto as informais (compostas por laços de amizades e colegas de trabalho) tiveram grande efeito em virtude da possibilidade de participações em movimentos sociais, ONGs e associações.

¹² Levando a alta sociedade sergipana a fixar moradia em bairros como 13 de Julho, Atalaia, Grageru, Inácio Barbosa, dentre outros. Contudo, até hoje o São José carrega consigo a identidade nobre. In: www.cinform.com.br/historiadosbairros/saojose.html

¹³ Recebendo diariamente milhares de pessoas da capital e interior em decorrência da grande oferta de consultas, tratamentos e cirurgias.

Tendo em vista que, como mostra Passy e Giugni (2001), as redes desempenham um papel socializador permitindo a incursão em movimentos sociais e resignificando a participação individual, indo além de uma simples porta de entrada para o investimento em uma causa, podendo definir a intensidade do engajamento. Conforme a linha de raciocínio dos autores, as redes - neste caso - desempenham não somente a função de uma ligação entre a oportunidade e a participação, mas também integram o agente em temáticas de protesto e colaboram para a fundamentação de uma posição de envolvimento na causa. Portanto, o envolvimento com a causa racial possibilitou que esse agente resignificasse o sentido de seu investimento profissional, definindo-se por uma reconversão ideologia.

Um Chamado de Deus

[...] Gosto sempre de dizer quanto mais humano você seja, mais pessoa você é. Nós somos seres humanos, a nossa humanidade tem que ser vista, respeitada e vivida. Vivenciada na sua plenitude, o cidadão tem que viver na sua plenitude de pessoa. Então, a partir daí começamos a trabalhar porque fui chamada por Deus, não foi pela OAB, fui chamada por Jesus a trabalhar na área de saúde¹⁴.

Nesse segundo modelo de engajamento de advogados em direitos humanos é analisado como caso exemplar o da Coordenadora de Saúde Pública da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE, desde 2000.

Aposentada, natural de Aracaju (SE), nasceu em 1943, em uma família com amplos recursos financeiros; seu pai era grande comerciante de tecidos e sua mãe dona de casa, ambos advindos de famílias de comerciantes bem sucedidos. Além dela havia mais um irmão¹⁵ e uma irmã¹⁶.

Sempre estudou em colégios da rede particular. No primário¹⁷ estudou na Escola Educandário Menino Jesus; o ginásio¹⁸ foi cursado no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, já no ensino secundarista – atual ensino médio - estudou os primeiros dois anos no Rio de Janeiro em um colégio de freiras denominado de Colégio Assunção. De acordo com a entrevistada, ela foi enviada para lá a fim de que tivesse uma educação de “dondoca”, uma vez que era costume naquela época que as filhas da alta classe sergipana tivessem uma educação desse tipo, contudo não concluiu o ensino lá optando por voltar ao Estado e concluir sua formação no mesmo colégio em que havia cursado o ginásio.

¹⁴ Em entrevista concedida em sua residência para essa pesquisa, em 10/07/2012.

¹⁵ Falecido mais ou menos 2008.

¹⁶ Que assim como a entrevistada desenvolve ações sociais, mas com animais. Cuida de animais de rua que precisam de ajuda.

¹⁷ Atualmente denominado de ensino fundamental menor.

^{16 18} Tido na atualidade como fundamental maior.

Mesmo sendo mandada pela família para um colégio de freiras, no Rio de Janeiro, para que tivesse uma educação mais “refinada” para as moças da época, foi lá - no Colégio Assunção - em companhia das freiras, que pode ver e conhecer uma favela, em virtude dos trabalhos de caridade que as mesmas desenvolviam quando levavam as internas ao cinema; no entanto, esta diversão não a interessava, pois o que queria mesmo era conhecer as atividades desenvolvidas pelas “irmãs” do convento, no qual teve intenso contato com a assistência social à população carente.

Após uma experiência como essa, quando voltou para Aracaju começou a desenvolver atividades voltadas para os idosos e logo fundou o “Clube dos Velhinhos”, composto por idosos da rua. Para angariar fundos que pudessem subsidiar a assistência requerida pelos idosos, se juntou a alguns colegas e faziam campanha nos colégios, indo de sala em sala chamando os mais jovens para fazer o Natal desses idosos. No último ano que foi presidente deste clube 700 idosos foram atendidos.

Relata que sempre esteve envolvida com a causa dos mais pobres, pois via como sua mãe cuidava daqueles que precisavam e seu pai “partilhava seus lucros com seus empregados, mesmo antes de a Constituição prever isso”. Assim, quando chegava o final do ano, seu pai separava uma parcela dos lucros e dividia com os empregados, com isso dizia que não trabalhava só, ele trabalhava com o povo. Assim, afirma que não foi criada vendo distância entre as pessoas, e embora tivesse condições financeiras muito boas, assevera que:

[...] no meu tempo de jovem eu também lutava pelas pessoas, brigava, fazia revoluções, levantava a bandeira defendendo... Apesar de ter recursos sempre tive olhar do outro, do próximo, do social.

Sempre me incomodou muito... Eu acho que eu não sou melhor do que ninguém, eu não tenho direito a mais de nada, e se Ele (Jesus) me deu uma condição melhor foi para que ajudasse [...]. O que é Direito Humano? Direito Humano é o olhar que você tem que ter pelo social, é o direito que o ser humano tem, todos os seres humanos, a pessoa humana é o filho de Deus, eu gosto muito de dizer que sou uma pessoa de oração porque sou católica e sempre digo assim: “Quem é filho de Deus tem que ter cara de príncipe, todos nós somos filhos de Deus temos que ter cara de príncipe, filho de um rei tem que ter cara de príncipe, não pode ficar feio, eu acredito nisso” [...]

Assim, faz questão de ressaltar que o seu comprometido com o ser humano vai muito além daquilo que é definido dentro da Comissão em que atua. Através de ações de dedicação aos outros que envolvem preocupações sociais e políticas, pois, conforme ela, desde os 16 anos de idade que ajuda as pessoas mais carentes, que se entregou ao senhor. Acredita que o sentido de suas ações está a serviço de Deus e faz aquilo que Ele quer, e, por acreditar que todo mundo tem o direito de ser feliz e ter a mesma oportunidade, luta,

ainda que não tenha conhecido dificuldades por falta de alimentação, moradia, vestimenta. Porque nunca passou por elas, mas enfatiza que sempre esteve ao lado das pessoas com dificuldade, tentando ajudá-las, por isso, diz que tudo que faz é por Jesus.

Antes de optar pelo curso de Direito pensava em fazer Medicina, mas por influência do esposo, escolheu fazer o curso de Direito, pois ele percebia que ela tinha uma postura para isso. Desse modo, deu início ao curso na Universidade de Brasília, em 1963, mas optou por retornar ao Estado de Sergipe, onde deu continuidade e concluiu o curso na Universidade Federal de Sergipe – UFS –, em 1968, mesmo ano em que ingressou na carreira de advogada. Fundou a Associação Beneficente Jesus Abandonado – ABJA – (com 1.400 m² de área construída) atuando na assistência à população carente em Aracaju, e lá trabalhou por cerca de 20 anos, dando assistência a crianças carentes. A finalidade do trabalho na Associação, a princípio era fazê-la sentir-se pessoa e, em segundo plano, valorizar-se como pessoa, com todo direito de buscar alcançar sua felicidade. Após 20 anos cuidando dessa entidade, afirma ter ouvido um chamado do Senhor que a tirou dessa entidade beneficente que construiu numa vida e a atirou na área de saúde. Uma vez que, não tinha qualificação nenhuma nessa área e Ele lhe deu, visto que é autodidata e começou “a buscar servir à sociedade nesta área de saúde, fui chamada para a OAB e fiquei na comissão”.

Com trabalhos voltados à análise da legislação da saúde, apresentou ao Congresso Nacional proposta para a criação do Estatuto do Paciente que deu origem a um livro com o mesmo nome (Estatuto do Paciente). Também já produziu por conta própria outras obras, tais como livros e artigos: “Planos de Saúde Até Quando?”; “Cartilha (Saúde - Direito do Cidadão, Dever do Estado)”; “Responsabilidade Civil dos Médicos dos Hospitais do Poder Público”; “Direito ao Tratamento Domiciliar”; “Direito à Saúde dos Pacientes Idosos”; “Humanização da Medicina”; entre outras obras preocupadas com a questão da saúde.

Sua entrada no universo da defesa de causas humanitária voltadas para a questão da saúde pode ser compreendido ainda por uma situação vivenciada por essa advogada que intensificou e redirecionou o sentido dado a sua profissão, pois, ela só se interessou pela transgressão de direitos a saúde após ter sentido na pele esse efeito:

[...] no momento que passei para esta área de saúde há uns oito anos, foi com a morte do meu marido, ele me fez enxergar este lado na hora da morte dele. Foi um chamado para Deus, porque eu estava rezando para meu marido na hora da morte dele e o médico pediu que eu sáísse porque ia fazer um procedimento com outras pessoas. Eu saí e logo depois ele me comunicou a morte, então perguntei “Com que direito o senhor me tirou de junto do meu marido na hora da morte?” Ele disse “Eu sou um médico”. Disse a ele “Eu sou a esposa dele, estava rezando e não estava incomodando ninguém, o senhor é um profissional e tem o direito

de tratar, mas tem o direito até onde a pessoa não poder fazer mais nada, então ele não te pertence.” Ele pertence à família, então me diga quais são os meus direitos? E foi aí que eu comecei a pesquisar e vi a necessidade das pessoas conhecerem os seus direitos para não passar o que eu passei, foi à maneira que Deus usou para me tirar de onde eu estava para pegar outra missão.

Nesse caso, a necessidade de usar o Direito na defesa daqueles que sofrem por negligência, não apenas médica, mas também do sistema de saúde como um todo, tornou-se fundamental para essa advogada, pois, afirma que é preciso que cada vez mais as pessoas conheçam seus direitos para que possam lutar por eles. O que implica dizer que em casos como esse as disposições para a luta em favor da saúde pública de qualidade é remetida a uma experiência pessoal de negligência médica. Para ilustrar melhor esse fato a advogada fez referência de como se deu esse processo, conforme a citação acima, o que se caracterizou como uma experiência essencial para abrir os olhos para a luta em favor dos direitos do paciente. Segundo ela,

Paciente tem direito e ele não sabe, não conhece, e porque não conhece, ele não cobra, e como ele não cobra as coisas podem ficar como estão. Incomodando muito o povo, e no momento que a gente começa a reivindicar os direitos, acho que isto é cidadania, temos condições de criar uma melhor qualidade de vida para todo mundo. [...] porque o direito humano se situa numa qualidade de vida para o ser humano, e ele busca exatamente que o cidadão tenha o direito de ser feliz, e a felicidade é o ápice de todo sonho. Então, se você tem o direito de ser feliz, primeiro você tem que ser reconhecido como pessoa que tem direitos iguais perante todos, ninguém é maior ou menor que você. Então, você tem que redescobrir seu lugar de pessoa no mundo e na sociedade, pois o direito humano valoriza o ser humano.

Por conseguinte, sua militância caracteriza-se por uma modalidade de ingresso em defesa dos direitos humanos, que não apresenta experiência militante antecedente, como movimento estudantil ou partidário, embora vivenciasse desde a infância o respeito e a caridade ao próximo. É através de uma experiência de ruptura biográfica, em que a morte de seu marido faz com que sua vida e seu investimento profissional seguissem outra direção, que essa advogada converte a atuação profissional na defesa dos direitos humanos em um modo de melhor servir a Deus.

Desse modo, percebe-se que a sua ação em defesa dos direitos humanos está associada ao ideal religioso, ao mesmo tempo em que o processo pelo qual foi socializada permitiu moldar o seu comportamento e seu interesse em querer participar do mundo social. Fica notório, dessa forma, o quanto as rupturas biográficas, as interações e relações pessoais tornam possível a reconversão da sua atividade profissional para a defesa da saúde, que antes era improvável.

Com isso, observa-se que, mesmo em casos em que os indivíduos não tivessem qualquer interesse em se engajar em uma causa social e coletiva, como a de direitos

humanos, o que tornará possível o improvável são justamente os vínculos sociais, seja de amigos, parentes, colegas de trabalho que podem fazer despertar para o interesse na causa bem como acontecimentos vivenciados que os levou a dar um novo significado a sua ação.

Atuação Profissional: Ganhos Profissionais

Pergunta: Depois desse entrosamento a senhora viu facilidade em conseguir mais clientes...? No caso, então a senhora vem para cá (OAB/SE) no sentido de adquirir mais experiência...?

[risos...] E também para formar o meu ciclo, *né?! Que...*

Pra conhecer mais gente e tal. E por intermédio desse aqui, pessoas que podiam pagar advogado eu mandava pra lá, pra meu escritório. E também para treinar, porque o Direito evolui muito e quando eu voltei tinha mudado o sistema de Juizados Criminais.¹⁹

Natural de Carmópolis (SE), mas desde a infância até o casamento viveu na Capital sergipana, ocasião em que se mudou para Manaus (AM), em decorrência da atividade profissional do marido que era agente telegrafista, da Polícia Militar, só retornando ao Estado de Sergipe em 1994. Lembra que seu interesse pelo Direito foi despertado ainda na infância, quando ouvia as pessoas dizerem que, para praticamente tudo, deveria consultar um advogado. Se fosse comprar um terreno deveria consultar um advogado, imediatamente pensou por que tudo tem que consultar um advogado? Segundo ela:

[...] Quando pequena ouvia sempre os mais velhos dizerem, vamos consultar o advogado, vamos consultar o advogado. E pensava: o povo não sabe de nada não? Tudo tem que consultar o advogado. Então o advogado é uma autoridade maior do que tudo, porque sabe tudo! [risos...]. Aí fiquei com aquilo guardado [...].

Mesmo desde a infância com um sonho de ser alguém importante, uma advogada, sua primeira profissão foi de professora primária²⁰. Estudo no ginásio²¹ o segundo grau²² foi feito em escola normal cuja função era formar professoras, apesar de sua mãe²³, com pouca escolaridade, não querer que ela estudasse muito. Mesmo assim foi em busca de seus ideais. Posteriormente, ao concluir o segundo grau, procurou emprego, o qual foi conseguido por intermédio do Governador do Estado, na época, Leandro Maciel²⁴, que foi o paraninfo da sua turma. Em virtude da demora em arranjar emprego, ele se colocou à disposição para qualquer coisa de quem necessitasse. Assim, afirma que:

¹⁹ Entrevista concedida na sede da OAB/SE nos dias 25 e 27 de julho de 2012

²⁰ Atual primeiro ao quinto ano do ensino fundamental.

²¹ Hoje ensino fundamental maior.

²² Correspondente atualmente ao ensino médio, mas duração de dois.

²³ Seus pais cursaram apenas o antigo primário.

²⁴ Governou Sergipe entre 1955 a 1959

[...] E eu andei procurando emprego e tal. Eu fui na Faculdade de Direito, mas como eu tinha feito só segundo grau em dois anos precisava fazer mais um ano lá na Faculdade de Direito, que equivalia a pré-vestibular. Agora que era muito caro. Eu disse: ah, meu pai não tem condições. Eu vou é trabalhar. Agora procurei trabalho e não achei. [...] Mas, eu disse eu vou é falar com Dr. Leandro, pra eu ensinar no Estado aí fui. Passei um mês pra conseguir pegar ele, falar com ele. Mas no dia que eu falei, ele disse fulana perguntei onde é a casa dela e bote aí uma escola perto [...] aí já fui trabalhar.

Ao mesmo tempo em que se percebeu suas origens sociais modestas e pais com baixo nível de escolaridade, nota-se que nada a impedia de buscar contatos que lhe permitiriam conseguir um emprego, e assim aconteceu durante toda a sua trajetória profissional. Quando deixou de lecionar (1957-1973) e passou a atuar como Secretária no Conselho de Educação do Estado, em 1974, por convite de uma colega que conheceu no grupo de musica que frequentava.

Em 1974 foi admitida na Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe a fim de melhorar a sua remuneração, e terminou o curso em 1979. Em 1980 entrou para a Faculdade de Direito, concluindo em 1985. Em seguida ela e seus colegas se inscreveram para prestar concurso público, uns para promotor outros para juiz, mas não pôde fazer o exame, pois nessa época seu marido foi transferido para Manaus, onde passou cerca de quatro anos, mas muitos de seus colegas foram aprovados nos concursos a que se submeteram.

Por volta de 1989, em Manaus, uma amiga lhe apresentou a uma nova filosofia denominada Ordem de Rosa Cruz, cuja sede de língua portuguesa está em Curitiba. A Ordem de Rosa Cruz não se define como religião ou seita; é um estudo místico - filosófico com a finalidade de despertar o potencial interior do homem, ajudando-o no seu desenvolvimento intelectual e espiritual e que tem Deus como Ser Supremo. Afirma que suas origens estão na antiguidade egípcia, e que tem por finalidade entender os mistérios da vida e desenvolver a mente humana, uma vez que as pessoas usam apenas 10% do cérebro. Essa filosofia caracteriza-se por diversas vertentes²⁵ sendo a seguido por ela a Antiga e Mística Ordem Rosa Cruz (AMORC)

A primeira menção histórica da Ordem data de 1614, quando surgiu o famoso documento intitulado "Fama Fraternitatis", onde são contadas as viagens de Christian Rosenkreuz pela Arábia, Egito e Marrocos, locais onde teria adquirido sua sabedoria secreta, que só seria revelada aos iniciados. (ORDEM DA ROSA CRUZ, [20--]).

²⁵ Entre as quais destacam-se: Fraternidade Rosa Cruz de Max Heindel, a Fraternitas Rosacruziana Antiqua e a Antiga e Mística Ordem Rosa Cruz de acordo com Szklarz (2008).

Segundo Szklarz (2008), no século XVIII maçons e a Ordem de Rosa Cruz se aproximaram e passaram a ocupar espaços pela Europa. A aproximação dessas duas ordens aconteceu quando a Rosa Cruz passou a agregar filósofos, hermetistas e alquimistas, com obras que tinham uma linguagem simbólica que se assemelhava à dos francos-maçons, tendo como principal indicativo disso a existência de um capítulo no rito escocês antigo e aceito na franco-maçonaria, denominado de Rosa-Cruz.

Após retornar a Aracaju (SE) a entrevistada decidiu montar seu escritório de advocacia, mas se deparou com o seguinte dilema:

Porque quando você deixa o direito, o direito cresce você fica aquém. Então, e... Eu abri meu escritório eu disse: mas quem vai... Quais são os meus clientes? Eu não conheço mais ninguém. Eu *tava* distante. Aí eu disse então eu tenho que me engajar na OAB. Aí vim aqui ver se ainda tinha aquele serviço que tinha antes. Quando eu estudava que via o serviço aqui. Se tinha serviço gratuito aí o Presidente [...] tem e *tá* precisando de gente, aí pronto me engajei até o ano passado.

Assim, relembra que a primeira forma de engajamento não se deu na defesa de grupos vulneráveis, mas na assessoria jurídica gratuita da OAB/SE, em 1994²⁶. E quando questionada se esse engajamento teria sido apenas para se inteirar do ambiente, ter um nome, ela afirma que:

Foi pra me inteirar e pra também é... Treinar mais o direito porque o direito evolui muito e quando eu voltei tinha mudado o sistema de juizados criminais. E resolviam justamente os problemas de vizinhanças. Porque o direito muda e como eu tinha vindo de fora não vi nada então pra que eu é... Visse e participasse eu tinha que fazer. Ai eu fui logo fazer audiência *tá, tá, tá*... Me entrosei logo.

De certo modo, a respectiva fala remete à linha de raciocínio desenvolvida pela teoria da mobilização de recursos (TMR) em que é dada maior atenção à racionalidade da ação, dando evidência à visão economicista, fundamentada na busca dos indivíduos em atingir metas e objetivos, no qual se avaliam os custos e benefícios das ações. Ou seja, a partir dessa perspectiva, o processo de mobilização só ocorrerá ligado aos custos e benefícios que as organizações poderão proporcionar (McADAM; McCARTHY e ZALD, 1996). Contudo, ao mesmo tempo em que se avalia a participação em função dos custos do engajamento, é preciso considerar a influência das interações entre os indivíduos e o meio social.

Ela afirma que outros colegas também buscam a OAB/SE para conhecer pessoas, ter o nome reconhecido no espaço jurídico e, inclusive, foi responsável por trazer mais duas colegas que eram de outros estados e sentiam a necessidade de ter o nome reconhecido.

²⁶ Seu primeiro engajamento se dá nas redes formais.

Desse modo, observa-se que, como destaca COLLOVALD (2002), é mediante as configurações tanto sociais e políticas quanto as profissionais que surge uma nova forma à oferta militante. Trata-se de uma situação estimuladora que a leva se interessar pela assessoria gratuita, como possibilidade de conhecer clientes e se inteirar das mudanças no campo do direito, e assim se engaja em causas que visam ao bem estar social.

Assim, seu ingresso nos direitos humanos e de algumas colegas que também prestavam assessoria jurídica ocorreu com o fim do serviço de assessoria jurídica gratuita e o convite do Presidente da Ordem para compor as comissões da Instituição. Seu interesse maior aflorou quando soube que havia um colega da época da universidade que era presidente de uma das comissões, assim optou pelos direitos humanos. Entretanto, quando se pergunta como se caracteriza sua relação com os demais defensores de direitos humanos, diz que:

Eu estou ali porque cheguei, eu não vou visitar. Eu não sou da política penitenciária nem de polícia; eu sou de grupos vulneráveis, que são idosos e deficientes.

Pergunta: De onde é que parte as sugestões de visitas?

Parte da Coordenação de cada Comissão, no caso da de grupos vulneráveis é com [...]. Ela até disse que ia fazer um programa e até agora não fez. Ali é cada um por si. Bem estou ali para trabalhar, mas ninguém diz nada então eu não vou me jogar. [risos].

Dentre as dificuldades em ser uma defensora dos direitos humanos destaca que a falta de autonomia da Comissão e a submissão ao Presidente da Ordem impedem que o trabalho tenha maior eficácia, pois nada pode ser feito sem passar antes pela apreciação dos conselheiros e, na maioria das vezes, eles não estão interessados nesse tipo de causa, por isso enfatiza que:

[...] a gente não tem poderes, veja bem, a gente não pode fazer um plano e ir a uma instituição e desmembrar aquele plano, tudo tem que ser através do presidente. Nas visitas é gerado os relatórios detalhados e passa tudo para o presidente, tudo é muito centralizado, [...] não temos autonomia. Eu estou aí porque estou, já tem um ano que estou aí, mas até agora não fiz nada ainda [risos]. [...] se pelo menos tivesse um julgamento uma proposta daquela instituição aí era bom, porque era integrado não é? Mas, não tem.

Pergunta: Como a senhora vê o papel da Comissão dos DH nessa questão? Que papel ela desempenha? Eu nem sei que papel ela desempenha.

[risos] Veja bem; Gabriel fala, fala e não diz nada. A gente tenta fazer as coisas, fala mas tem que passar pelo presidente. A gente fala com o presidente e ele não dá nem resposta. Então acaba não dando em nada. [...]

Além de pertencer à Comissão de Direitos Humanos, ela participa do Conselho da Terceira Idade, participou do Conselho da Mulher, entre 2010 e 2011, assim como já presidiu a Associação dos Aposentados e Pensionistas, da Previdência Social de 2004 a

2011. No ano de 2000 filiou-se ao Partido Verde (PV), por influência de um primo e candidatou-se ao cargo de vereadora da capital, mas não foi eleita; após isso decidiu não se envolver com política.

Nota-se que, embora sua inserção na defesa dos direitos humanos tenha acontecido recentemente, o seu envolvimento com causas voltadas para causas sociais ocorre no início de sua carreira, não apenas com o objetivo de reintegrar o espaço da advocacia, mas de conseguir clientes. Percebeu-se que este mesmo fato acontece com os advogados recém-formados que hoje estão investindo no direito via escritórios particulares, e fortalecendo a carreira profissional em diferentes setores que vão da assessoria jurídica ao exercício do magistério, além de atuarem em movimentos sociais demonstrando um intenso investimento em vários espaços ao mesmo tempo.

Considerações Finais

Este artigo teve como meta principal analisar e compreender a relação entre defesa de causas voltadas aos direitos humanos e a atuação profissional fundamentada na formação jurídica, especificamente dos advogados engajados na defesa dos direitos humanos na cidade de Aracaju (SE). Objetivou-se compreender as motivações individuais e os acontecimentos que teriam influenciado esses advogados na sua tomada de decisão para se tornarem defensores dos direitos humanos mediante três padrões de ingresso de engajamento. Analisaram-se, ainda, as lógicas de investimento bem como o peso das suas experiências na militância - seja em agremiações estudantis, movimentos sociais, político, religioso, associações ou organizações voltadas para causas coletivas – na constituição de possíveis disposições ao engajamento nesse tipo de causa.

Assim, é possível perceber como esses profissionais têm desempenhado papel relevante ao traduzir para a linguagem jurídica e construir causas políticas e sociais relacionadas às minorias, em consequência tanto das oportunidades política quanto jurídica que teria possibilitado aos atores sociais que estão diretamente interessadas e defendem essas causas que possam mobilizem a lei a seu favor. O interesse e experiência desses profissionais com causas coletivas e movimentos sociais originam-se de uma diversificação do espaço jurídico caracterizado pelo interesse no direito alternativo, o que possibilitou a esses agentes investirem na tradução do universo jurídico para a defesa de causas coletivas, movimentos sociais assim como para os direitos humanos.

Desse modo, tais profissionais, em especial os advogados, fazem uso do conhecimento técnico adquirido na mobilização da Lei em favor das causas que defendiam.

A inserção no espaço da militância, em defesa e promoção dos direitos humanos, possibilita uma ampliação das redes de relações desses advogados que almejam um espaço no mercado, além da assimilação de um discurso característico daqueles que fazem parte de movimentos sociais, seja em defesa da igualdade racial, diversidade sexual, direito da criança e do adolescente, entre outros, orientando os investimentos profissionais para causas que são definidas ao longo de seu percurso e que reclamam seus direitos através da Justiça. Este fato torna os serviços jurídicos desempenhados pelos advogados uma ferramenta essencial no espaço das disputas de poder e nas lutas políticas.

Desta maneira, constatou-se que, embora a maioria dos entrevistados revelasse que, dentre os motivos que os levaram ao engajamento em defesa dos direitos humanos, estaria a sensibilidade pelo sentimento de justiça social, outros demonstraram que os direitos humanos nada mais são que uma possibilidade de se inserir no mercado ou uma oportunidade de uma renda extra, como afirma uma defensora pública que compõe uma das coordenadorias da defensoria em defesa dos Direitos Humanos. De acordo com ela, seu interesse pela causa se deu mediante a possibilidade de conseguir uma renda extra já que quem faz parte dessas coordenadorias recebe para isso, diferentemente daqueles que associam a sua entrada e continuidade a um ato desinteressado, em que o investimento nesse tipo de causa não representa qualquer tipo de ganhos que os impulsionem e motive a militar em prol da causa.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

COLLOVALD, A. Pour une Sociologie des Carrières Morales. In: COLLOVALD, A. **L'Humanitaire ou le Management des Dévouements**. Presses Universitaires de Rennes, 2002, pp. 177-225.

ENGELMANN, Fabiano. Tradição e diversificação nos usos e definições do direito. In: **Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

_____. Elementos para uma sociologia da diversificação do campo jurídico brasileiro pós-redemocratização. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, nº 39, p 99-115, Abril de 2006a

_____. Internalização e ativismo judicial: as causas coletivas. In: **Lua Nova**, nº 69. São Paulo, 2006b.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **Revue Française de Science Politique**, nº 1-2, 2001, p. 199-215.

McADAM, Doug; McCARTHY, John D., ZALD, Mayer N. **Comparative perspectives on social movements. political opportunities, mobilizing structures and cultural framings**. New York: Cambridge University Press, 1996.

OLIVEIRA, W. J. F. Engajamento político, competência técnica e elites dirigentes do movimento ambientalista. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 167-186, jun. 2008.

ORDEM DA ROSA CRUZ – AMORC. **Magia Dourada**- Espaço Esotérico. ([20--]). Disponível em: <<http://www.magiadourada.com.br/rosacruz.html>> Acesso em 26 ago. 2013.

PASSY, Florence. GIUGNI, Marco. Social networks and individual perceptions: explaining differential participation in social movements. **Sociological Forum**, vol. 16, n. 1, pp. 123-153, 2001.

PETRARCA, Fernanda Rios. Exercício Profissional, Formação Universitária e Atuação Política. XXXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS 25 a 29 de outubro de 2010. **Anais...** Caxambu, MG.

_____; FERREIRA, Flávia Maria de O. Ativismo jurídico e discriminação racial em Sergipe. XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. **Anais...** Salvador-BA, 2011.

SZKLARZ, Eduardo. Rosa Cruz: Guardiões do saber oculto. **Revista Super Interessante**, Novembro de 2008. Disponível em: < <http://super.abril.com.br/cultura/rosacruz-guardiaes-saber-oculto-447850.shtml>> Acesso em 26 ago. 2013.

VECCHIOLI, V.: **A luta pelo direito**: engajamento militante e profissionalização dos advogados na causa pelos direitos humanos na Argentina. Tese (Doutorado em Antropologia), 2006, 414f. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.